

INTERROMPENDO O CONTINUUM DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E RAPARIGAS



COM FACTOS, RELATOS E CAMPANHAS

UMA PUBLICAÇÃO DO LOBBY EUROPEU DAS MULHERES (LEM),
E DA SUA COORDENAÇÃO NACIONAL, A PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PpDM)



PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES

Apesar do progresso verificado nas últimas décadas na igualdade entre mulheres e homens, não existe um único país no mundo no qual as mulheres e as raparigas estejam livres de violência masculina, e não existe uma única área na vida de cada mulher em que ela não esteja exposta à ameaça ou à realidade de atos de violência masculina. Uma em cada três mulheres na UE, ou seja, 62 milhões de mulheres, já experienciou violência física e/ou sexual desde os 15 anos (2014). Em Portugal, trata-se de uma em cada quatro mulheres, ou seja, cerca de 1 milhão e 380 mil mulheres (2014).

A violência masculina contra as mulheres não conhece fronteiras geográficas, de idade, de classe, de etnia ou distinções culturais. Manifesta-se de múltiplas formas e envolve uma grande variedade de agressores desde parceiros íntimos, familiares, colegas de trabalho e conhecidos, estranhos e atores institucionais tais como a polícia, profissionais de saúde, professores e soldados. **Todos as formas de violência masculina contra as mulheres estão relacionadas e formam um continuum de violência**, como conceptualizado pela Professora Liz Kelly em 1988, traduzindo-se em muitas e diversas formas, desde violações óbvias dos direitos das mulheres, a formas mais subtis ou distorcidas de controle sobre as suas vidas, os seus corpos e a sua sexualidade.

A violência masculina contra as mulheres está claramente relacionada com uma cultura sexista nas nossas sociedades, juntamente com formas indiretas de violência contra as mulheres, como a pobreza, dependência económica, disparidade nas remunerações e pensões, participação desigual na vida política e ausência de democracia paritária, acesso desigual a serviços públicos e bens comuns (incluindo saúde, educação, cultura, transporte, habitação, media, etc.), estereótipos sexistas nos media, etc.

Todas as formas de violência contra as mulheres visam silenciar as mulheres e mantê-las numa posição de subordinação.

É por isso que acabar com a violência masculina contra as mulheres e raparigas é um pré-requisito para alcançar a igualdade real entre mulheres e homens! Está na altura de ouvir as vozes das vítimas e das sobreviventes e acabar com a impunidade persistente, trazendo todos os agressores à justiça em toda a Europa!

Pôr fim a todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas tem de estar intrinsecamente ligado ao compromisso formulado pela União Europeia (UE) e por todos os seus Estados Membros para alcançar a igualdade de género e promover os direitos das mulheres, um valor fundamental e fundador da UE, tal como estipulado no artigo 2º do Tratado da União Europeia e na Carta dos Direitos Fundamentais da UE.

Qualquer ação para pôr fim à violência masculina contra as mulheres, a todos os níveis, deve consistir num quadro político abrangente, que aborde a violência masculina diretamente e que integre esta problemática e o seu impacto em todas as áreas de intervenção política.

"O MECANISMO DA VIOLÊNCIA É O QUE DESTRÓI AS MULHERES, CONTROLA AS MULHERES, DIMINUI AS MULHERES E MANTÉM-NAS, COMO SE COSTUMA DIZER, NO SEU LUGAR" EVE ENSLER, FUNDADORA DO V-DAY

A violência contra as mulheres e as raparigas é uma questão europeia. Requer uma resposta política europeia:

⇒ O reconhecimento, pela UE e pelos Estados Membros, de todas as formas de violência masculina contra as mulheres como parte de um continuum de violência contra as mulheres por serem mulheres;

⇒ A ratificação e implementação da [Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica \(Convenção de Istambul\)](https://www.coe.int/fr/web/istanbul-convention/home); <https://www.coe.int/fr/web/istanbul-convention/home>;

⇒ A ratificação e implementação da Convenção de Istambul por todos os Estados Membros da UE;

⇒ Uma estratégia e uma diretiva da UE que criminalize todas as formas de violência masculina contra as mulheres e as raparigas, e preste assistência e apoio a todas as mulheres e raparigas vítimas;

⇒ Um/a coordenador/a da UE para acabar com a violência contra as mulheres e as raparigas, enquadrada pela ação da Comissão Europeia para a igualdade entre mulheres e homens;

⇒ A consulta sistemática e a sustentabilidade do financiamento às organizações de mulheres de apoio a mulheres e raparigas vítimas, e o desenvolvimento da *advocacy* e campanhas, a nível da UE, a nível nacional e local.

O conteúdo desta brochura baseia-se na contribuição das peritas do Observatório sobre a Violência Contra as Mulheres do Lobby Europeu das Mulheres (LEM). Esta é uma estrutura única, estabelecida há 20 anos, e que reúne 35 mulheres de ONGs oriundas de serviços no terreno, da academia, e de organizações de mulheres, que trabalham a nível nacional e europeu para acabar com a violência masculina contra as mulheres e raparigas. O Observatório sobre a Violência Contra as Mulheres apoia o trabalho de *advocacy* do Lobby Europeu das Mulheres na Europa.

Aqui encontrarão dados, campanhas e relatos que ilustram a realidade da violência contra mulheres e raparigas na Europa nos dias de hoje. Há muitos outros exemplos de ações inspiradoras que não puderam ser aqui incluídos. Para saber mais entre em contacto com o LEM e as suas organizações membro!

Novembro de 2017

www.womenlobby.org • www.plataformamulheres.org.pt
<https://www.facebook.com/EuropeanWomen/>
<https://www.facebook.com/plataforma.direitos.mulheres/>
@EuropeanWomen • @PlatMulheres

VIOLÊNCIA MASCULINA NA FAMÍLIA E PELO PARCEIRO

95%

de todos os atos de violência doméstica são violência masculina contra as mulheres (2010).

43%

das mulheres na UE experienciaram violência psicológica por parte de um parceiro desde os 15 anos (2014); em Portugal estima-se serem 36% das mulheres (2014).

50

mulheres por semana são assassinadas por um parceiro ou ex-parceiro na UE; em Portugal, em 2016, foram assassinadas 22 mulheres, uma em cada duas semanas e meia.

- Os estudos estimam que **30%** das mulheres sem documentos na Europa foram vítimas de violência doméstica nos últimos 12 meses (2013).
- As mulheres com deficiência têm **40%** mais probabilidade de serem vítimas de violência doméstica (2014).
- Em Portugal, **1** em cada **2** mulheres com deficiência é vítima de violência masculina (2014).
- Na Europa, **1** em cada **4** mulheres com mais de 60 anos foi vítima de violência ou de abuso nos últimos 12 meses (2011). Em Portugal, 1 em cada 3 mulheres com 50 ou mais anos já foi vítima de violência sexual em simultâneo com outras formas de violência (2009).
- **5** em cada **6** mulheres na Áustria não apresentaram queixa contra os mais graves atos de violência doméstica à polícia ou qualquer outra agência de aplicação da lei.



“O bem quebra o mal: é isso que a casa de abrigo Orange House na Holanda significa para mim”, diz Mimi. A Mimi viveu muitos anos num relacionamento abusivo no qual foi severamente espancada e humilhada pelo marido. O ponto de rutura que a fez decidir deixar o marido deu-se quando o filho mais velho lhe disse: “Mãã, estás tão cansada. Pensas sempre nos outros, agora devias pensar em ti...”. Ela saiu com os filhos, para não mais voltar. Estar na casa de abrigo e o acompanhamento que ela e os filhos aí receberam motivou-a e fortaleceu-a, tanto para conversar, após algum tempo, com o ex-marido, como para se defender. “Eu era uma pessoa diferente quando estava na minha casa. Agora, na casa de abrigo, voltei a ser a Mimi que sempre fui. Estou livre, voltei. A Mimi está de volta.”

IC Change Campaign pretende dar visibilidade à violência masculina contra as mulheres e a raparigas no Reino Unido, incluindo a violência por parceiros íntimos. Esta campanha visa divulgar e garantir que o Governo mantenha o compromisso de tornar lei a Convenção de Istambul no Reino Unido. A campanha é promovida por um grupo no terreno de voluntárias/os, e apoiada por muitas organizações de mulheres em todo o Reino Unido (Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales). Uma estratégia de *advocacy* bem sucedida permitiu a adoção de uma lei que determina que o Governo do Reino Unido estabeleça um cronograma para a ratificação da Convenção de Istambul. **Mais informação:** <http://icchange.co.uk/2017/04/28/iclaw/>

No contexto de uma campanha mais vasta no Reino Unido, o **End Violence Against Women Coalition (EVAW)** realizou a campanha “*Protecting Women’s Services*”, destacando o direito a serviços especializados de apoio, que são essenciais para ajudar as mulheres e raparigas a fugirem da violência e a reconstruírem as suas vidas. Embora um número crescente de sobreviventes, em todo o Reino Unido, procure apoio, as mulheres e raparigas ainda enfrentam barreiras no acesso aos serviços especializados devido a cortes no seu financiamento e contratação pública competitiva. **Mais informação:** <http://www.endviolenceagainstwomen.org.uk/>



VIOLÊNCIA SEXUAL E ABUSO SEXUAL



Em cada segundo uma mulher na UE a partir dos 15 anos é vítima de assédio sexual (2014).



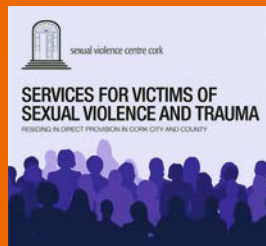
Na Suécia, 4 em cada 5 mulheres experienciaram assédio sexual desde os 15 anos (2014).

A cada 7 minutos uma mulher é violada em França, o que representa 205 violações por dia (2013).



Dovilė Masalskienė, perita do Observatório do LEM na Lituânia, e do [Women's Issues Information Centre](#), relata: "Na Lituânia, a violência sexual pelos parceiros íntimos é um tabu e, na maioria dos casos, não é considerada violência, mas sim como um dever conjugal. Quando um caso de violência doméstica é denunciado, a violência física pode ser tida em consideração, mas não a violência sexual. As vítimas de violação ainda são culpabilizadas e é por isso que têm medo de denunciar a violação às autoridades. Quando as mulheres ousam apresentar queixa, elas enfrentam a vitimização secundária durante o processo judicial. Houve casos em que até mesmo o juiz culpabilizou a vítima."

- Em Portugal, em 2016, mais de 2 mulheres por dia reportaram uma queixa por crime sexual à polícia.
- Em Portugal, em 2016, 57% das violações foram perpetradas por homens familiares ou conhecidos das vítimas.
- 61% das pessoas com deficiência na Europa sofreu assédio sexual desde os 15 anos (2014).
- Cerca de 1 em cada 2 pessoas (47%) em Malta pensam que as mulheres frequentemente inventam ou exageram acusações de abuso ou violação (2016).
- Mais de 1 em cada 2 pessoas (55%) na Roménia acreditam que ter relações sexuais sem consentimento pode ser justificado em certas situações como estar-se embriagada ou usar um certo tipo de roupas (2016).
- 85% das mulheres entre os 18 e os 24 anos no Reino Unido foram assediadas na rua e 45% experienciou-o através de toques não consentidos. As mulheres da comunidade não maioritária são particularmente visadas por atos racistas quando se opõem ao assédio (2016).



O [Sexual Violence Centre in Cork](#) (Irlanda) fornece um conjunto abrangente de serviços a fim de apoiar a luta diária das mulheres que foram vítimas de violência sexual e abuso. Recentemente o Centro promoveu uma campanha conjuntamente com uma coligação de mais de 70 organizações para melhorar a [lei irlandesa](#) sobre ofensas sexuais. A lei foi adotada em 2017 e define o consentimento sexual dando, pela primeira vez, clareza à legislação. Graças ao trabalho de advocacy das organizações de mulheres, organizado através da coligação Turn Off the Red Light, a nova legislação aborda também pornografia infantil, incesto, aliciamento sexual de menores, e criminaliza a compra de sexo.

Mais informação: <http://www.sexualviolence.ie>

PROSTITUIÇÃO

9 em cada 10 mulheres na prostituição gostaria de sair do sistema de prostituição, mas sente-se incapaz de o fazer (2003).

Em Portugal, também 90% das mulheres prostituídas já desejou sair do sistema da prostituição mas a falta de alternativas, nomeadamente económicas, manteve-as no sistema (2010).



68% das pessoas na prostituição apresentam um quadro de stress pós-traumático equivalente ao dos veteranos de guerra e das vítimas de tortura.



60 a 90% das pessoas prostituídas foram submetidos a abuso sexual e violação na infância (2016).



Diversos estudos europeus concluem que entre 90 a 95% das mulheres na prostituição foram sujeitas a violação ou violência física (2004). Em Portugal, 94% das mulheres na prostituição foi vítima de algum tipo de violência nas práticas prostitutas (2010).

- As minorias vulneráveis e discriminadas encontram-se sobrerrepresentadas na prostituição. Por exemplo, 98 a 99% das pessoas prostituídas em Zurique são cidadãs húngaras, das quais 80 a 85% são mulheres ciganas (2016).
- Em França, o custo humano suportado pelas pessoas prostituídas é estimado entre 252 e 370 milhões de euros por ano (2015).
- Em França, as mulheres na prostituição têm 12 vezes mais probabilidades de se suicidarem do que a restante população. Em Portugal, 56% das mulheres na prostituição têm um diagnóstico de doença mental, na maioria de depressão (2015).
- 54% dos que recorrem à prostituição admitiram ter tido comportamentos sexuais agressivos em relação a um/a parceiro/a fora da prostituição (2005).



Marie Merklinger esteve três anos na prostituição na Alemanha devido a uma situação financeira desesperada. “Quando eu quis sair, as organizações no terreno convenceram-me a ficar e a melhorar a minha estratégia de marketing para me vender”. Ela conseguiu, no entanto, sair em 2011 depois de encontrar um trabalho. Quando perdeu o emprego, ela ficou aturdida com o trauma e afundou-se num estado de impotência, desespero e depressão. Ela procurou ajuda e alguém com quem falar, mas descobriu, em grande parte devido à legalização da prostituição na Alemanha, que não havia nada nem ninguém que a pudesse ajudar. Num país onde a prostituição é vista como um “emprego” viável, o apoio é inexistente. Agora, é membro da [SPACE International](#), uma rede internacional de sobreviventes do comércio sexual.

Em 2013, 7 organizações francesas de jovens juntaram-se para criar a rede [“Youth for the abolition of prostitution”](#) e trazer a perspectiva das/os jovens sobre a prostituição ao debate público, numa altura em que uma lei sobre a adoção do modelo nórdico estava em discussão. A organização Osez le féminisme produziu um pequeno vídeo, intitulado [Prostitution: a job like any other?](#) para denunciar a normalização da prostituição como “trabalho sexual”, e que está legendado em português pela coordenação em Portugal do LEM, a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, e a sua organização membro EOS – Associação de Estudos, Cooperação e Desenvolvimento.

A contribuição dos/das jovens desempenhou um papel fundamental na adoção da Lei Abolicionista francesa de abril de 2016, que prevê a descriminalização e o apoio às pessoas na prostituição, a criminalização de todas as formas de proxenetismo, fornecimento e compra de sexo, e a implementação de programas educativos sobre igualdade e respeito.

Mais informação: <https://generationabolition.wordpress.com>



TRÁFICO DE MULHERES



- As mulheres constituem **85%** das vítimas de tráfico para fins de exploração sexual e são exploradas na prostituição (2015). Em Portugal, as mulheres constituem 94% das vítimas de tráfico para fins de exploração sexual (2016).
- Suspeita-se que existam até **140** mil vítimas de tráfico sexual na Europa e cerca de um terço oriundas dos Balcãs (2010).
- Um estudo europeu, no âmbito do qual foram entrevistadas mulheres traficadas, evidenciou que quase todas as mulheres (**95%**) relatavam violência física ou sexual durante a situação de tráfico, 3/4 das quais tendo sofrido ferimentos físicos e **90%** sido agredidas sexualmente (2008).
- Um estudo europeu (2014) sobre a compra de sexo a mulheres e raparigas traficadas constatou que a principal motivação que impulsiona a compra de sexo é "ter controle" (2014).
- **80%** das mulheres nigerianas que chegaram a Itália de barco no primeiro semestre de 2016 foram traficadas para a prostituição. Em 2016, **13** mil menores não acompanhadas/os e mais de **5300** mulheres nigerianas chegaram a Itália (2016).
- O tráfico de seres humanos afeta desproporcionalmente as minorias e os grupos desfavorecidos, como minorias étnicas, migrantes, pessoas em situação de sem-abrigo, membros da população LGBTQ e crianças com vivências de exploração sexual infantil (2015).



Nascida na Nigéria, Blessing perdeu o pai e, enquanto filha mais velha, tinha de sustentar, conjuntamente com a mãe, os três irmãos mais novos. Num dia de visita à sua aldeia natal, conheceu uma mulher que lhe propôs ir para Itália, onde iria arranjar emprego. Blessing concordou para ajudar a família. Uma vez chegada a Prato, em Itália, Blessing foi prostituída, pois foi-lhe dito que tinha contraído uma dívida de 30 mil euros, que deveria pagar. Foi ameaçada de que fariam mal à sua família se não obedecesse. As outras jovens prostituídas levaram Blessing para a estrada e instruíram-na sobre o que deveria fazer com os compradores, e quanto deveria cobrar. Um dia, quando Blessing estava sozinha no apartamento, fugiu. Mendigando, conseguiu comprar um bilhete de comboio para Roma onde pediu ajuda à [Cooperative Be Free](#), uma associação de mulheres que ajuda e apoia as vítimas de tráfico em Itália.

[A nova lei francesa sobre a prostituição e tráfico de mulheres](#), em vigor desde abril de 2016, reconhece a realidade do tráfico sexual que conduz um número esmagador de mulheres estrangeiras para a prostituição. Nesse sentido, a lei permite a concessão de uma licença de residência temporária como medida de proteção para vítimas estrangeiras, mesmo que estas não estejam em posição de testemunhar contra a rede de traficantes ou proxenetas. Esta disposição é resultado do trabalho de *advocacy* das ONGs no terreno que conhecem as realidades da prostituição e apoiam as vítimas e as sobreviventes no seu percurso rumo a uma vida melhor. Iniciada pela organização no terreno Mouvement du Nid, a coligação francesa **Abolition2012**, reunindo mais de 60 ONGs comprometidas com o fim da violência contra as mulheres, desempenhou um papel fundamental para levar as vozes das mulheres e raparigas mais vulneráveis ao debate público. **Mais informação:** <http://www.abolition2012.fr/>

PORNOGRAFIA

11 anos

é, na Europa, a idade média da primeira exposição à pornografia na Internet (2014). Em Portugal, 23% das crianças entre os 9 e os 16 anos viram conteúdos pornográficos ou sexuais online, nos últimos 12 meses (2011).



2 em cada **3** mulheres na indústria pornográfica sofrem de síndrome de stress pós-traumático ao mesmo nível dos veteranos de guerra e de vítimas de tortura (2016).



EM CADA SEGUNDO a indústria pornográfica online fatura **3** mil dólares (2011).

- Os estudos evidenciam que áreas com maior circulação de revistas pornográficas têm **taxas de violação mais elevadas** (2009).
- Os homens que consomem pornografia são mais propensos a expressar atitudes de **apoio a violência contra as mulheres**, a envolverem-se em atos de **agressão sexual e a comprarem sexo** (2007).
- A investigação evidenciou que, após serem expostos à pornografia, os homens relataram menor satisfação com a aparência física das suas companheiras, desempenho sexual, nível de afectos, e expressaram maior desejo de sexo sem envolvimento **emocional**.



No livro "**Pimp State**" (Kat Banyard, 2016), a ex-atriz porno Vanessa Belmont relata as suas experiências de racismo e violência na indústria da pornografia: "Eles disseram-me: "Tens sorte por não estares a trabalhar para o Gueto Gagers (o seu site temático com mulheres negras), somos piores com as raparigas negras." Que alívio! Não me interpretem mal, eles eram bastante abusivos para comigo. Não quero entrar em detalhes, mas digamos que, depois de terminar uma cena, parecia que tinha sido espancada. Ainda bem que não me selecionaram para o site negro, porque se eram piores com as raparigas negras, nem consigo imaginar como eu estaria depois daquilo! Se isto não é racismo, não sei o que será".

Porque a pornografia promove estereótipos prejudiciais na forma como retrata mulheres e homens, o [Swedish Women's Lobby](#) conjuntamente com as suas organizações membro, [Unizon](#) e [Roks](#) desenvolveu a campanha [Porrfritt](#) (Livre de Porno). A campanha exige um inquérito governamental que investigue os efeitos nocivos da pornografia e exige espaços livres de pornografia na sociedade, tais como escolas e locais de trabalho. Até ao momento, realizaram-se seminários sobre os efeitos nocivos da pornografia e lançou-se um manifesto que destaca a normalização da pornografia incluindo, também, propostas de ações para uma sociedade livre de pornografia.

Mais informação: <http://sverigeskvinnolobby.se/en>

**PORR
FRITT**

SEXISMO NOS MEDIA, SEXISMO NA PUBLICIDADE, E VIOLÊNCIA ONLINE

9 em cada 10 jovens mulheres na Suécia afirmam que a publicidade fez com que se sentissem mal relativamente à sua aparência, peso, e tivessem vontade de mudar algo em si próprias (2016).

24%

Na UE, as mulheres representam apenas 24% das pessoas sobre as quais lemos ou ouvimos [notícias](#).

- Em Portugal, num hospital de Lisboa, 91% de jovens internados/as em pedopsiquiatria são raparigas com uma idade média de 14 anos e diagnosticadas com anorexia nervosa (2016).

- A violência online é tão prejudicial para as mulheres quanto a violência física (2015).

- Na Europa, 9 milhões de raparigas experienciaram algum tipo de violência online até aos 15 anos (2015).

- A violência online é particularmente prevalente na interseção entre o sexo e a juventude: quase 1 em cada 5 jovens mulheres na Eslovénia experienciaram assédio online (2014).

- Apenas 16% das fotografias nos jornais europeus mostram mulheres com mais de 45 anos (2015).



Testemunho da casa abrigo em Sigtuna, na Suécia: “Em abril de 2017, três pessoas foram presas por violar em grupo uma mulher e transmitir o horrível ataque no Facebook Live. A filmagem da violação foi publicada num grupo privado do Facebook com 60 mil membros. O tribunal sueco ouviu que o acusado encorajou os amigos e “ria-se” enquanto filmava o ataque no seu telemóvel. Os três homens declararam-se inocentes, dois deles alegando que o sexo era consensual, e argumentaram que não sabiam que a vítima não queria que as imagens fossem colocadas online. No entanto, a acusação referiu que a mulher estava “extremamente embriagada” e “sob a influência das drogas”, uma situação que os homens devem ter percebido. O juiz Nils Palbrant disse: “Não é possível que uma pessoa em tal estado possa dar o seu consentimento.” Os três homens foram, ainda, condenados a pagar 34.500 euros à vítima por danos.”

[Women European Coalition against media sexism](#)

(WECAMS) é uma coligação de três organizações europeias de mulheres com o objetivo específico de pôr fim ao sexismo nos media e na publicidade: DonneinQuota em Itália, Object no Reino Unido e Les Chiennes de garde em França. Estes três grupos fizeram campanha contra o sexismo, a objetificação e as representações desumanizantes das mulheres em cada um dos países. Esta coligação foi criada para abordar as representações sexistas de mulheres a nível europeu e, nesse sentido, encorajar os governos a legislarem sobre o retrato das mulheres nos media e na publicidade.

A coligação lançou uma petição de apelo à UE para que fortaleça as suas leis contra o sexismo nos media.

Mais informação: <https://wecams.wordpress.com/>



VIOLAÇÕES DA SAÚDE E DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES

- No século XXI, **nem todas as mulheres na Europa usufruem dos seus direitos sexuais e reprodutivos**. Estes dependem do país em que vivem e do seu estatuto migratório.
- O direito a interromper uma gravidez é negado ou restritivo em 4 Estados Membros da UE (Malta, Chipre, Irlanda e Polónia) e as mulheres enfrentam obstáculos noutros países.
- **17** países europeus ainda exigem que pessoas transgénero que procuram mudar legalmente de sexo sejam esterilizadas (2016). Em Portugal a mudança de sexo não requer a esterilização.
- Mulheres ciganas, mulheres com deficiência e pessoas transgénero na Europa, enfrentam situações de esterilização forçada, o que constitui uma grave violação da sua integridade corporal, da sua liberdade de escolha e do seu direito à autodeterminação da vida reprodutiva (2009; 2011).
- Em Itália, **70%** dos/as ginecologistas dos hospitais públicos recusam realizar abortos com o argumento da objeção de consciência, pelo que o direito das mulheres à autodeterminação em relação à gravidez é dificultado (2013). Em Portugal, em 2011, existiam 1.300 médicos/as objetoras/es de consciência.
- A gestação de substituição alimenta um comércio global de crianças e mulheres, que explora os corpos e órgãos reprodutivos das mulheres. Em Portugal, a gestação de substituição com natureza "altruista" é permitida, desde 2016, nos casos de ausência de útero, de lesão ou de doença deste órgão que impeça de forma absoluta e definitiva a gravidez da mulher.



O [Roma Rights Centre](#) dá voz a uma sobrevivente: "No momento em que soube o que tinha acontecido [esterilização], pensei que fosse por ser uma mulher cigana. Tinham-nos dito que as mulheres ciganas não deviam procriar, lembro-me de uma assistente social o ter dito à minha mãe, quando eu era pequena. E foi tão injusto, porque a minha mãe cuidou de seis de nós, sozinha. Ela trabalhou arduamente toda a vida".



Os [membros do LEM na República Checa](#) relatam a situação das mulheres que enfrentam violência obstétrica: "Durante a prestação de cuidados de saúde no parto, muitas mulheres enfrentam violência obstétrica. Aproximadamente, até 25 mil mulheres por ano são submetidas ao corte do períneo sem justificação médica. As mulheres são frequentemente submetidas a intervenções/atos médico-cirúrgicos e à administração de drogas não consentidas. A separação mãe-bebé é ainda a norma em muitas maternidades. Os dados sobre a qualidade dos cuidados prestados não estão disponíveis publicamente. Não são reconhecidas competências às parteiras da comunidade. Não existem unidades de nascimento geridas por parteiras na República Checa".



A [Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto](#), organização membro da coordenação do LEM em Portugal, expressa preocupações relativamente à aplicação do princípio do consentimento pleno e informado na assistência às mulheres grávidas: "De acordo com o nosso inquérito, 43,8% (n=1478) das mulheres considera que não foi consultada sobre as intervenções às quais foram sujeitas. Os dados revelam, também, partos altamente medicalizados, que excedem as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Destaca-se o caso da episiotomia que, segundo a OMS, não deveria exceder os 10%, o que contrasta com os 72,7% verificados em Portugal".

Com o aumento da discussão sobre a gestação de substituição em vários países, as organizações feministas estão a formar coligações ao nível nacional para aumentar a conscientização sobre a realidade da gestação de substituição, batendo-se pela sua proibição sob todas as formas. Na Suécia, França, Espanha e Itália, entre outros países, estão a criar-se redes que trazem as vozes das sobreviventes bem como o valor dos direitos humanos das mulheres. A rede espanhola [Red Estatal contra el alquiler de vientres](#), junta mais de 60 organizações de mulheres e LGBT, e manifestou-se em maio de 2017 contra a feira da gestação de substituição em Madrid. **Mais informação:** <http://www.noalquilervientres.com/>

Na Polónia, em 2016 e 2017, as organizações de mulheres lideraram os "**Protestos negros**", mobilizando milhares de pessoas em todo o país a vestirem roupas pretas para mostrarem o seu descontentamento contra uma lei que introduziria uma proibição quase total do aborto. Organizações de Mulheres de toda a Europa mobilizaram-se em solidariedade com as mulheres da Polónia na sua luta para garantir os seus direitos humanos fundamentais a tomarem decisões sobre as suas próprias vidas. Para apoiar as suas reivindicações, lançou-se uma [petição](#) e uma carta aberta a nível da UE apelando às autoridades polacas que promovessem uma nova lei que finalmente garantisse que os direitos das mulheres fossem respeitados na Polónia.

Mais informação: <https://act.wemove.eu/campaigns/abortion>

MY BODY. MY DECISION.



#CzarnyProtest

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO TRABALHO

- Em França, **39%** das enfermeiras são frequentemente expostas a situações violentas (2010).
- Mais de metade das mulheres no Reino Unido e quase dois terços das mulheres entre os 18 e 24 anos, experienciaram assédio sexual no trabalho (2016). Em Portugal, 14,4% das mulheres já foi assediada sexualmente no local de trabalho (2016).
- **80%** das mulheres que trabalham em grandes empresas em França afirmam ser regularmente confrontadas com atitudes e decisões sexistas, que têm impacto na sua autoconfiança, no seu bem-estar e desempenho (2016).
- Quase **1** em cada **2** pessoas na Hungria pensa que tocar uma colega de forma não apropriada ou indesejada não deve ser ilegal (2016).
- Na Europa, **3** em cada **4** mulheres em altos cargos de gestão sofreram assédio sexual (2014).



O projeto **"Safe at Home, Safe at Work"** da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) juntou as evidências recolhidas em entrevistas realizadas no âmbito de 11 estudos de casos detalhados de países, no que respeita aos desenvolvimentos a nível europeu sobre violência de género e assédio no trabalho, abordando, também, a violência doméstica. O relatório mostra como os sindicatos e/ou parceiros sociais abordaram a questão nas negociações, acordos coletivos, conscientização sindical, formações, campanhas, e parcerias com organizações de mulheres que trabalham pelo fim da violência de género.

O relatório sinaliza boas práticas no local de trabalho e mostra o valor acrescentado da ação dos sindicatos, inovações e negociações para apoiar vítimas e criar locais de trabalho livres de violência e assédio. Visa, também, aumentar a conscientização junto de um público mais amplo sobre a necessidade da inclusão sistemática da perspetiva de género quando se lida com violência e assédio em contexto de trabalho, e formula recomendações para o desenvolvimento de políticas a nível nacional e europeu, assim como para a ação por parte dos sindicatos e/ou parceiros sociais.

Mais informação: <https://www.etuc.org/>

VIOLÊNCIA MASCULINA CONTRA AS MULHERES COMETIDA EM NOME DA TRADIÇÃO, DA CHAMADA "HONRA" OU RELIGIÃO

- **51** milhões de raparigas entre os 15 e os 19 anos estão atualmente casadas em todo o mundo (2014).
- No Reino Unido, **12** mulheres são mortas por ano como resultado de violência cometida em nome da tradição ou religião.
- Na Europa, **500** mil mulheres e raparigas vivem com mutilação genital feminina (FGM) e, por ano, outras **180** mil mulheres e raparigas correm o risco de serem submetidas à prática (2014). Em Portugal, estima-se que mais de **6.500** mulheres e raparigas com 15 ou mais anos poderá ter sido submetida à MGF (2015).
- No Reino Unido foram relatados **1.428** casamentos forçados em 2016 (2017).
- Em Portugal, o casamento pode ser realizado aos 16 anos com autorização de pai e mãe.
- Um inquérito nacional na Suécia mostrou que **5%** das raparigas, ou seja, **70** mil raparigas, não sentem que tenham a possibilidade de escolher o/a seu/sua parceiro/a (2009).
- Estima-se que **5.277** das mulheres que vivem na Irlanda foram submetidas à MGF (2016).
- **1** em cada **2** mulheres ciganas, com baixa escolaridade, está casada aos 16 anos (2011).

A rede belga **"Marriage and Migration"** é uma coligação de cerca de 15 ONGs que lutam contra todas as formas de casamento (forçado, precoce, combinado, tradicional, terapêutico) que possa privar as mulheres e os homens de uma liberdade essencial: a de escolher o/a parceiro/a. Lançaram um site de informação e prevenção de todas as formas de casamentos realizados sob constrangimento e mantêm uma linha de apoio telefónico. A existência e visibilidade desta rede apoia a implementação da lei belga que proíbe o casamento forçado, e cria um espaço seguro para muitas mulheres e raparigas serem ouvidas e pedirem ajuda.

Mais informação: <http://www.mariagemigration.org/index.php/fr/>



VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL MASCULINA CONTRA AS MULHERES

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM CONFLITO

● Em situações de conflito, os homens usam violência contra as mulheres como estratégia ou arma de guerra; isto resulta na objetificação das mulheres como símbolos de "território conquistado".

● Nos conflitos, e em situações de pós-conflito, as raparigas e mulheres nos campos de refugiados/as são particularmente vulneráveis à exploração sexual e à violência sexual.

● Muitas refugiadas relatam que, em quase todos os países pelos quais passaram, vivenciaram abuso físico e exploração financeira, tendo sido pressionadas a manterem relações sexuais com traficantes, seguranças e outros refugiados (2016).

● **75%** das crianças refugiadas experienciaram violência e ataque por um adulto ao longo da sua rota migratória (2017).

"Uma mulher foi atacada fisicamente pelo pai no seu país de origem por se ter casado com um homem de outra religião. O pai era polícia, pelo que ela não podia proteger-se no seu país. Assim, decidi deixar o país. Chegou à Macedónia e pediu asilo. O seu pedido foi recusado pelas autoridades. Atualmente o caso encontra-se no tribunal Constitucional. Enquanto aguarda uma decisão, a mulher está no Centro de Asilo Vizbegovo, em Skopje: umas instalações coletivas onde as mulheres são frequentemente expostas à violência de género. As instalações não são suficientemente iluminadas, o que não é seguro para as mulheres. O acesso a instalações de higiene e cuidados de saúde é limitado. Várias mulheres queixaram-se de serem sexualmente assediadas por agentes da polícia e assistentes sociais no Centro. No entanto, estas afirmações nunca foram processadas, pois as mulheres tiveram medo de denunciar e, em consequência, perderem o direito de asilo." Relatório LEM [#womensvoices](#)

ACESSO DAS MULHERES À JUSTIÇA

A grande maioria da violência em relações de intimidade que chega à justiça em Portugal acaba arquivada; quando há condenação, grande parte das penas são suspensas. Em 2017, um Acórdão do Tribunal da Relação do Porto demonstrou como a justiça é estereotipada, desculpando agressores e acusando a mulher com base num código de valores morais não compatível com os Direitos Humanos. A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres e 20 outras organizações apresentaram uma petição ao Conselho Superior de Justiça exigindo a formação da magistratura em direitos humanos e igualdade entre mulheres e homens, a eliminação da violência institucional contra as mulheres e o reforço de meios e de garantias jurídicas para a eliminação dos estereótipos de género na justiça. **Mais informação:** <http://plataformamulheres.org.pt/peticao/>



Entre 1991 e 2001, tiveram lugar vários conflitos no território da ex-Jugoslávia. Naquele período, a violência étnica, sexual e económica contra as mulheres foi desenfreada e a violação usada como um instrumento de "limpeza étnica". Nenhum julgamento internacional ou nacional abordou de forma adequada estas múltiplas formas de violência contra as mulheres, nem focou os interesses das vítimas. As organizações de mulheres da região criaram o [Women's Court](#) para desenvolver uma abordagem feminista da justiça.

Este Tribunal inovador ocorreu em maio de 2015 em Sarajevo, Bósnia e Herzegovina, no qual as mulheres testemunharam publicamente sobre as suas experiências de violência étnica e sexual, e sobre o militarismo e os danos económicos causados pelas guerras que devastaram a região nos anos 90. Até hoje, decorreram 7 reuniões regionais das testemunhas e 17 apresentações públicas do Tribunal das Mulheres. Outras atividades incluem uma equipa terapêutica para apoiar as mulheres, uma rede de solidariedade das testemunhas, histórias alternativas, um documentário e um livro recentemente publicado. O objetivo futuro é organizar "mini" tribunais locais para as mulheres lidarem com as seguintes questões: violência/ discriminação étnica, crimes de guerra não processados, violação dos direitos das mulheres trabalhadoras, militarização do Estado, etc.

Mais informação: <http://www.zenskisud.org/en>

MULHERES EM CUIDADOS INSTITUCIONAIS, EM PRISÕES, E EM CENTROS DE RETENÇÃO

- Na Europa as mulheres constituem em média **5%** da população total das prisões; quase 90% sofreram violência masculina ao longo das suas vidas (2010).
- Em Portugal, as mulheres são 6,1% da população prisional (2015).
- No Reino Unido, mais de **80%** das mulheres estão presas por ofensas não-violentas, tais como furto (2016). Em Portugal, cerca de 60% das mulheres estão presas por crimes menores, como transporte de droga (tráfico), ou ilícitos contra a propriedade, como pequenos furtos - é a chamada "criminalidade da pobreza" (2014).
- **53%** das mulheres nas prisões no Reino Unido foram abusadas na infância (2015).
- **28%** das mulheres mais velhas na Europa experienciaram violência ou abuso nos últimos 12 meses (2011).
- As mulheres com deficiência que vivem em instituições têm o dobro da taxa de abuso em relação às que vivem na comunidade (2007).



VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES SOBREVIVENTES E MULHERES DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS

As mulheres defensoras dos Direitos Humanos correm maior risco de serem sujeitas a certas formas de violência e outras violações, preconceitos, exclusão e repúdio do que os seus homólogos masculinos.

14%

das mulheres defensoras dos Direitos Humanos sofreram atentados contra a vida mas sobreviveram (2014).

29%

receberam ameaças de morte em locais públicos (2014).

21%

foram submetidas a assédio sexual (2014).

65%

sofrem de problemas psicológicos como insónia e depressão (2014).

19%

foram abusadas (2014).

10%

experienciaram violência sexual (2014).

9%

afirmam sofrer de problemas psicológicos graves, incluindo pensamentos suicidas (2014).



Membros do [LEM na Hungria](#): "Em 2013, o governo húngaro e vários atores estatais e dos media iniciaram uma campanha contra um grupo de ONGs que trabalham pela democracia e pelos Direitos Humanos, incluindo os direitos das mulheres. Estas ONGs foram falsamente acusadas de serem "assalariadas de Soros", "falsas ONGs de esquerda", "atores políticos pagos", ou "servidoras de interesses externos". Em 2014, o Lobby das Mulheres Húngaras (HWL) e 3 das suas organizações membros foram incluídos numa lista de 13 ONGs consideradas problemáticas pelo Governo. O Primeiro Ministro ordenou uma auditoria *ad hoc* ao Escritório de Controlo Governamental a 55 organizações. Em 2015, o HWL foi submetido a uma auditoria fiscal. Os ataques às ONGs intensificaram-se em 2016, quando o Governo emitiu declarações polémicas e ofensivas acusando as ONG de apoiarem o tráfico ilegal de migrantes. Em 2017, um projeto de lei "sobre a transparência das organizações que recebem fundos estrangeiros" foi submetido ao Parlamento. O diploma exige que as ONG que recebem financiamento estrangeiro se registem como tal em tribunal, e que se intitulem assim nas suas publicações e comunicação. Quando adotada, as ONGs de direitos humanos das mulheres serão muito provavelmente afetadas por esta legislação."

A campanha da Kvinna till kvinna "[Femdefenders](#)" destaca o trabalho e as histórias das mulheres que continuam a desafiar as estruturas patriarcais e que lutam pelos direitos das mulheres e das raparigas em todo o mundo, apesar da crescente hostilidade e violência contra as mulheres defensoras dos Direitos Humanos. No Dia das/os Defensores/as dos Direitos Humanos, em 2015, Kvinna till kvinna lançou um relatório com os resultados de um questionário, respondido por 128 jovens mulheres defensoras dos Direitos Humanos, sobre as suas experiências de ameaças e violência, nacionalismo, a sua capacidade de influenciar a sociedade, e as estratégias que utilizam para fazerem ouvir as suas vozes.

Mais informação: www.kvinnatillkvinna.se

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro do Programa Direitos, Igualdade e Cidadania da Comissão Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade do Lobby Europeu das Mulheres e não deve de modo algum ser visto como representativo das opiniões da Comissão Europeia.



O projeto beneficiou do apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia.



Projeto conjunto do Lobby Europeu das Mulheres com o Conselho da Europa. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade do Lobby Europeu das Mulheres e não deve de modo algum ser visto como representativo das opiniões do Conselho da Europa.



As imagens foram fornecidas para esta publicação. Creative Commons.